

Anexo 10  
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL  
1º Semestre - 2014

# SEMANA PEDAGÓGICA 2014



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria da Educação





**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EDUCACIONAL**

### **Deficiência Intelectual**

A deficiência intelectual, em uma perspectiva inclusiva, é definida como “limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos” (PAN, 2008, p. 63). Entre as características mais expressivas desta deficiência, destacam-se as limitações na área cognitiva que interferem de maneira substancial na aprendizagem da leitura e escrita, já que os alunos apresentam dificuldades no que se refere à apropriação de conceitos mais elaborados, na abstração, na compreensão de ideias e linguagens, capacidade de raciocinar, planejar e resolver problemas, além de possuir ritmo mais lento, se comparado ao desenvolvimento de colegas que não apresentam essa condição.

O aluno com deficiência intelectual pode ainda apresentar dificuldades para adaptar-se a novas situações, comunicar-se, controlar emoções e estabelecer vínculos afetivos com colegas e professores. Essas características se evidenciam no contexto escolar pela sua dificuldade de apropriar-se dos conteúdos acadêmicos, o que pode gerar, na maioria dos casos, um descompasso entre idade/série.

O reconhecimento das potencialidades, dificuldades cognitivas e das habilidades adaptativas apresentadas por este aluno permite ao professor elaborar e desenvolver um trabalho pedagógico que atenda as suas peculiaridades e limitações. Assim, as características do aluno deficiente intelectual passam a não ser mais concebidas como um traço definitivo e imutável, mas como uma

condição que se altera à medida que as suas necessidades educacionais especiais sejam respondidas por meio de ajudas, metodologias apropriadas e exequíveis, para promover o sucesso de sua aprendizagem.

Com a mudança de concepção sinalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e no Parecer do Conselho Estadual de Educação n.º 108/2010, aponta-se uma ressignificação da Educação Especial, modalidade esta que vem passando por várias transformações no desenho estrutural da organização da Educação Básica.

No que compete à implementação da Educação Infantil, do Ensino Fundamental (anos iniciais) e da Educação de Jovens e Adultos (Fase I/Educação Profissional - Formação Inicial e Continuada) nas escolas de Educação Especial, faz-se necessário um repensar do seu conjunto, pois não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura e sim de uma mudança de paradigma e da práxis dos educadores, com reflexões sobre o homem, a sociedade e a escola e seus determinantes para o trabalho pedagógico e transformador.

Torna-se fundamental a reflexão do educador sobre as características desse alunado quanto a habilidades, interesses, processo de desenvolvimento, dificuldades e necessidades específicas, além das situações em que ele necessita de maior ou menor apoio.

Nesse processo, é imprescindível a efetivação de um trabalho pedagógico que tenha como fruto a superação das formas de organização das pessoas, dos saberes, das práticas, dos tempos e dos espaços que necessitam de articulação. Considerando que somente o cumprimento da determinação legal, isoladamente, não garante a aprendizagem dos alunos, é fundamental um trabalho de qualidade no interior da escola, que propicie a aquisição do conhecimento, respeitando a especificidade do aluno nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Para uma implementação qualitativa das ações pedagógicas nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, é importante compreender que o conceito de ensinar sofreu historicamente transformações, o que se evidencia tanto na literatura pedagógica, quanto na legislação e nos debates educacionais, em especial a partir da década de 1980, no Brasil. Os debates políticos em torno da Constituição Federal de 1988 e os estudos de diversas áreas do conhecimento contribuíram para o questionamento da concepção de naturalização das desigualdades sociais e educacionais, até então predominante, bem como para o

reconhecimento de que as condições de desigualdade dos alunos eram determinadas por fatores econômicos, culturais e sociais.

No contexto político, as diferentes concepções sobre educação influenciaram e justificaram as políticas educacionais no âmbito pedagógico. Essas concepções orientarão os conceitos sobre ensino, aprendizagem e desenvolvimento, a seleção dos conteúdos, a metodologia, a avaliação, a organização de espaços e tempos com atividades desafiadoras, enfim, o planejamento do trabalho organizado não apenas pelo professor, mas por todos os profissionais da instituição.

Isso significa que os conteúdos próprios das etapas de Educação Infantil, do Ensino Fundamental - Anos iniciais, e Educação de Jovens e Adultos - Fase I/Educação Profissional - Formação Inicial Continuada nas Escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, devem estar articulados aos conteúdos de outros níveis de ensino e se ampliam gradualmente, conforme as necessidades e possibilidades de compreensão dos alunos.

### **Quem é o alunado da Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial?**

- Os alunos que apresentam necessidades educacionais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover. Atendimento, este, complementar que deve ser realizado sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.
- Alunos que não tenham concluído a Educação Básica - Anos Iniciais, independentemente da idade, e que apresentem necessidades educacionais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover. Atendimento, este, complementar que deve ser realizado sempre que necessário e de maneira articulada por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

O ingresso dos alunos na Instituição Escolar deve ocorrer após a conclusão do processo de avaliação, realizado por equipe multiprofissional, com o objetivo de investigar as áreas do desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social.

**REFERÊNCIA**

PAN, M. A. G. de S. **O direito à diferença**: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e a educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.